



O nascer de Acha - uma perspetiva histórica

Manuel Alberto Ruivo

I - Poderes, religiões e a lenda

Introdução



Para melhor caracterizar os acontecimentos históricos desta investigação, reconhecendo que as pessoas nunca estiveram 'isoladas' no seu contexto, abordamos, como ponto de partida, algumas datas históricas, dada a sua importância no vasto espaço que a Egitânia ocupou, bem como as interações que desenvolveu com o mesmo. Assim, iremos abordar o tema sobre a Catedral de Idanha-a-Velha, dada a sua importância na zona em que a localidade d'Acha estava inserida e ainda as polémicas que desperta na sua interpretação arquitetónica no decorrer das ocupações e reconstruções porque passou.

A narrativa histórica dos factos que propomos, tenta oferecer uma visão o mais próxima possível do passado de S. Miguel de Acha. Será mais uma 'acha' para a compreensão da complexidade da sua história, sugerindo ao mesmo tempo que ainda há espaço para novas interpretações sobre o tema. Esta será sempre uma abordagem controversa, pois ainda há muitos elementos desconhecidos, devido à escassez de provas documentais, bem como de vestígios materiais e imateriais.

Procura-se também corporizar a 'mensagem' da lenda mourisca e o seu simbolismo na observação dos factos, ainda que estas misturem acontecimentos com imaginação, conferindo-lhes um carácter quase mítico, mas ao mesmo tempo são uma forma poderosa de preservar a história e os valores das comunidades. Estas vão transmitindo ensinamentos ou valores através de uma interpretação cultural, ao invés da investigação teórica que procura compreender os factos na formulação de hipóteses de investigação para determinar as suas causas.

O seguimento desta proposta de trabalho terá em atenção as investigações anteriores sobre o tema e

aportar novos desenvolvimentos à história, sempre por acabar, de S. Miguel d'Acha.

Contextualização histórica – uma breve síntese

A partir do século V (476 d.C.) dá-se a queda do Império Romano. De forma progressiva, entre os séculos III e V, assiste-se à desagregação territorial da Hispânia. Constituem-se diversas entidades políticas, Vândalos, Alanos e Suevos, surgindo estados de menores dimensões. Segundo Carlos Fabião, "(...) trata-se de um fenómeno complexo e de difícil caracterização. (1998:11). Mas "Uma grande parte da realidade histórica da Península Ibérica permanece na sombra e é muito difícil imaginar o que se passa nas zonas afastadas das cidades, que tinham sido romanizadas superficialmente." (Mattoso: 1992:303). Daí que muitas das situações políticas vigentes, entre os séculos IV e V, com a dissolução política do império romano, "(...) mais não fizeram do que tentar manter as realidades pré-existentes." (Fabião, 1992:14).

É um período também de choques entre a religião cristã, que a partir do século IV ganhou protagonismo com Constantino (306-337) que a adotou, e as doutrinas pagãs. "Os choques entre a nova religião e o paganismo foram, como se sabe, múltiplos, particularmente no século III e nos princípios do IV, embora não seja fácil determinar qual teria sido a real dimensão das perseguições e martírios". (Fabião, 1998:13). O mesmo autor refere que "(...) a intolerância e as perseguições existiram, sem dúvida, entre as elites, mas um quotidiano de convivência e tolerância terá sido mais frequente do que por vezes se sugere". (Ibidem). Para Fabião, uma das principais entidades políticas na Península Ibérica é Idanha-a-Velha, situada na região interior. As características das populações locais eram de desigual complexidade social e tecnológica, mas possuíam uma mobilidade considerável. O mesmo autor atribui como muito provável a data da sua fundação no ano 35 a.C., na era de César Augusto, pelo procurador C. Norbanus Flaccus. (1992: 205, 238).

Os romanos ocuparam parte do território da Egitânia, expandindo-se, mais tarde, para a Vila dos Barros, perto da povoação de S. Miguel d'Acha, num local conhecido como 'Cabeça dos Mouros'. Aqui constatou-se a existência de uma "(...) *vila rustica* tardia. Trata-se de um edifício enquadrável na corrente vulgarizada Baixo Império, que caracteriza a arquitetura civil dos séculos III e IV (...), bem como de vários materiais de construção. "O seu abandono deve ter tido lugar no século V (...). A mesma encontra-se "Integrada na circunscrição administrativa de *Egitânia* (...)" (Carvalho e Cabral, 1994:71,74).

"Em termos gerais *villae* reporta-se a duas componentes fundamentais: a *pars* urbana, onde se erguia a residência senhorial e a *pars rustica*, esta integrando o conjunto de edifícios com carácter agropecuário (lagar, celeiro, adega, estábulos, instalações dos criados, etc.), necessária à exploração do *fundus*. A *villae* neste caso teria uma dupla funcionalidade, dado que possuía uma função residencial e uma função económica, associando assim o *otium* ao *fructus*" (Santos, 2017-2018:78).

Entre os anos de 416 e 417 os Visigodos derrotam os Alanos e os Vândalos e conquistam a Lusitânia. O cristianismo na Hispânia, do século IV ao VI, encontra-se bastante difundido com dioceses metropolitanas e bispados instalados nas principais cidades, embora em conflitualidade com outras religiões. Nas invasões bárbaras, inicialmente terá havido intolerância com a religião cristã e algumas perseguições, de que o Bispo Idácio de Chaves (400-469) nos dá conta: "os bárbaros, que tinham entrado na Península Hispânica, implacáveis, chacinam as populações e fazem depredações", contudo a maioria dos autores considera esta visão exagerada. Até que no ano de 587 o rei visigótico Recaredo (586-601) abraça o cristianismo, convertendo o reino à fé de Roma, sendo confirmado pelo III Concílio de Toledo no ano de 589.

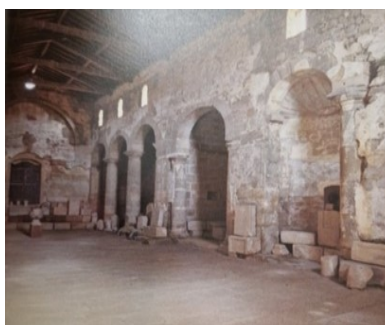
Catedral de Idanha-a-Velha: Concordando, Discordando...

Idanha-a-Velha foi uma sede importante, na época romana, de uma *civitas Igaeditanorum*. Transformando-se posteriormente em sede da diocese de *Aegitania* ou *Igaeditania*, integrando o grupo urbano das "(...) basílicas paleocristãs localizadas nas cidades romanas. Nalguns casos estas cidades foram capitais de *ciuitates* que foram depois transformadas em sedes episcopais e alguns destes templos parecem ter sido construídos propositadamente para um fim religioso cristão e representam por isso os templos cristãos mais antigos do território português actual". Vaz, 2011:105).

Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, no domínio romano várias povoações ergueram-se como grandes

cidades (*oppida*), como foi o caso da *Igitania*, que foi o centro de uma região mineira e teve guarnição militar no tempo de Claudio (41-54 d.C.) e Nero (54-68 d.C.). O historiador também refere que muitas *villae* ou explorações agrícolas surgiram no território português. (1990:50-51). O autor, diz-nos ainda que a antiga Galécia dividia-se, sob o ponto de vista religioso, em diversas dioceses, sendo a Egitânia uma delas (p.54). E que entre todos os monumentos dos vestígios da presença germânica "(...) sobressai a catedral da Egitânia, no antigo território dos *Igaeditani*, que deve provir dos séculos VI-VII, quando aquela antiquíssima povoação foi sede de diocese e nela cunharam moedas os reis visigóticos posteriores a Recaredo". (Idem:56). Encarnação, Lopes e Carvalho, conferem também à Catedral de *Igaedis*, capital de *civitas*, a mesma centralidade e importância no período suevo-visigótico, onde foi edificada uma basílica. A Catedral, muito provavelmente, teria sido também construída sobre essa primitiva basílica episcopal suevo-visigótica ⁽¹⁾. Esta será, neste espaço de tempo, sede de bispado e logo depois sede episcopal visigótica." (...) encontrando-se a presença dos seus bispos registada em vários concílios (...) o território desta diocese de Egitânia também seria muito extenso". (2016:408).

A partir do século VIII, a Península Ibérica passou por novas convulsões devido às conquistas militares árabes no ano de 711, que levaram ao surgimento do período al-Andalus. A presença árabe em território português durou cerca de cinco séculos (até 1249, reinado de D. Afonso III). Durante o período de ocupação, a administração árabe vai procurar estabelecer consensos e acordos com as populações locais. Não existirão alterações abruptas, mas sim 'permanências'.



"Interior da Basílica de Idanha-a-Velha. Embora mais tardia, decerto do que se pensa, é inegável que os seus construtores procuraram reproduzir modelos bastante antigos. Suprimiram, todavia as capelas da cabeceira e abriram uma capela lateral, como se esta devesse as funções de *mihrad*.

As arcadas redondas, embora levemente ultrapassadas, as colunas cilíndricas e os capiteis toscanos ou jónicos têm, efectivamente uma forma clássica bem marcada".(Mattoso, 1992:345. 'A época Sueva e Visigótica'). (foto Nuno Calvet)

Para Helena Catarino, foi um período fértil em transformações. Uma época marcada por significativas transformações geopolíticas, socioeconómicas e culturais. Os textos cristãos da época tendem a ser parciais, enquanto os relatos árabes, influenciados por tradições

⁽¹⁾ Os suevos pertenceram ao grupo de povos germanos, parte dos quais migraram à Hispânia durante as Invasões bárbaras, fundando um reino na antiga província romana da Galécia (atual norte de Portugal e Galiza) que duraria entre 409 e 585 d.C., data em que foi anexado pelos visigodos, subsistindo provavelmente um certo grau de autonomia.

antigas de carácter mítico ou fabuloso, lembram histórias como as das ‘Mil e Uma Noites’, sendo usadas principalmente para entreter a corte de Córdoba. (1998:47). “As relações religiosas existentes entre muçulmanos e cristãos têm sido ao longo dos séculos objeto de comentários divergentes entre os historiadores. Se uns reconhecem à igreja cristã um papel especial na história e falam de perseguições, outros realçam a tolerância para com cristãos e judeus”. (Idem:71).

Em relação ainda à Catedral egitaniense, o edifício que atualmente vimos, de acordo com Encarnação, Lopes e Carvalho, foi (re)construído no final do século IX e parece seguir, principalmente, o plano da mesquita islâmica de Ajdânia ou Ijdânia. Ficou também a conhecer-se em Idanha-a-Velha um primitivo batistério, aparentemente do século IV ou V; e outro, de planta cruciforme, descoberto em escavações mais recentes, no lado sudeste da basílica, talvez se inscreva na segunda metade do século VI e pertença à primeira Sé egitaniense. (Como citado em Real 2000, Torres 1992, Almeida 1956 e Cristóvão 2002, p.408).

Para Cláudio Torres, “A Mesquita de Idanha-a-Velha é um caso pouco comum, devido a várias incongruências arquitectónicas, que até há bem pouco tempo a tinham feito catalogar simplesmente como basílica visigótica. É um edifício de sete naves, cujo programa monumental apenas se justifica em época do rebelde Ibn Marwan, em finais do século X.” (Torres, 1992:407).



“Portal norte da muralha de Idanha. Com cerca de 700 metros de perímetro, a envolver uma área urbana de cinco hectares, a muralha da Idanha terá sido construída pela dinastia marvanida na segunda metade de século IX. Mantém ainda, com a sua silharia de granito e torres semicirculares, uma certa imponência. Antes da fundação de Badajoz foi centro de resistência regional ao poder emiral de Córdoba. Cláudio Torres, Garb – Andaluz, Resenha dos Factos Políticos, p.421”. (Foto: CAM)

As conclusões de 2001 retiradas de um relatório sobre *Arqueologia de la Arquitectura Altomedieval en Extremadura, Asturias y Portugal*, refutaram parcialmente a relação entre a ‘Catedral de Idanha-a-Velha’ e as suas orientações religiosas, mas não de forma definitiva. A principal questão permanece: trata-se de uma Catedral que serviu de mesquita na ocupação árabe?

Durante a investigação, os indícios de Catedral Mesquita permanecem, através da complexa relação com o poder muçulmano, em particular de Ibn Marwan. A pesquisa aprofundou argumentos que focaram a tipologia do edifício, mas terminou de forma inconclusiva devido à falta de dados arqueológicos claros. (Fernandes, 2006:57).

Ainda para Paulo Fernandes, a argumentação de Cláudio Torres, uma das mais discutidas (e mais importantes) foi a pretensa relação que o autor estabeleceu entre a suposta mesquita e a ação de Ibn Marwan. Torres defende que o edifício em Idanha-a-Velha, numa análise funcional e planimétrica, tem mais características de uma mesquita do que de uma igreja, baseia-se em alguns elementos importantes. Torres, destaca as naves transversais, a orientação do *mihrab* em direção a Meca e as longas arcadas dispostas perpendicularmente ao ponto central de culto. A diferença de níveis em relação ao batistério indica que o edifício não é contemporâneo dele. Por outro lado, a progressiva falência de modelos interpretativos de cariz religioso (catedral visigótica; basílica moçárabe ⁽²⁾, mesquita islâmica e palácio) reforça também uma leitura de âmbito civil. (p.56).

Para Fernandes (2006), em todo o caso, não devem também restar dúvidas de que o sítio onde se ergue esta mesquita-catedral-palácio é um local de tradicional sacralidade na cidade egitaniense, como o comprovam os dois batistérios, que são os mais evidentes testemunhos desse conteúdo religioso entre outros elementos. A continuidade da investigação, todavia, realçou aspetos parciais contraditórios entre si e conduziu a um inevitável ponto terminal inconclusivo. (p.66).

Em modo de conclusão podemos dizer, que a Catedral da Idanha-a-Velha é um símbolo da resistência e transformação cultural, exemplo de adaptação a estruturas religiosas ao longo das diversas fases da história da Península Ibérica. Representa um testemunho das múltiplas civilizações que ocuparam a região. A sua importância como sede administrativa estratégica no tempo romano, e religiosa com os visigodos e os árabes, estes últimos com menor exuberância, manteve ao mesmo tempo um espaço de culto e centro de poder.

⁽²⁾ Enquanto Cláudio Torres propõe uma interpretação, Manuel Luís Real, que adota uma atitude mais prudente, sugere outra, *com foco na influência moçárabe* na construção e estilo da Catedral de Idanha-a-Velha. Real adota uma abordagem cautelosa ao estudar um edifício tão singular, mas considera dados históricos, como o percurso de Ibn Marwan, apresentados por Torres. Ele propõe que a catedral teria sido «reconstruída» com bases cristãs no final do século IX ou início do X, período em que Afonso III [das Astúrias] conquistou Idanha e que os registos indicam a presença de um bispo local, ligado à consagração da Catedral de Santiago de Compostela. (Fernandes, 2006:42 e 45). Nota: Sublinhado nosso.

Lugar de Acha

O objetivo das referências históricas que temos vindo a desenvolver, visam estabelecer conexões da área de influência da capital egitaniense, a nível administrativo, cultural, social e religioso, com a localidade d'Acha e o impacto destas na vida das pessoas que a habitavam.

Um contexto difícil de caracterizar, como já realçamos, devido à escassez de fontes primárias (documentos da época, crónicas, cartas) e secundárias (estudos de historiadores, ainda bastante escassos), bem como a falta de datação arqueológica ou científica que permita traçar com maior precisão a evolução desse período. O que representa um desafio à vontade de encontrar respostas.

Como seria o lugar d'Acha em redor de todo este pulsar de invasões, que se seguiram umas às outras? Que impacto tiveram os processos de aculturação, trazidos pelos invasores? Qual a importância e influência da religião nas suas decisões? Que lugares desempenhavam na estrutura administrativa das propriedades rurais senhoriais, para além do seu amanhã e quais as tradições que compunham as suas vivências?

A possibilidade de existir um lugar com a denominação d'Acha antes da chegada dos visigodos e dos árabes parece plausível dentro do contexto histórico que seguimos. Os primeiros habitantes poderão ter-se estabelecido na região em torno da construção da vila romana dos Barros (séculos III-IV), ainda que em número reduzido. A 'colonização' poderá ter aumentado entre o final do século V e início do VI, coincidente com o declínio da presença romana na Egitânia e as suas consequências. Esta fase assinala não só uma retração administrativa e militar, mas também uma reorganização da vida rural. A população local, embora liberta do império romano, manteve muitas estruturas deixadas por estes, conservando as tradições e a cultura, com enfoque na influência da sua língua, o latim, que persistiram no espaço hispânico luso.

Esta sedimentação cultural, como legado romano e práticas locais, terá oferecido um substrato identitário, permitindo que a toponímia primitiva, como 'Acha', emergisse e sobrevivesse através das sucessivas mudanças políticas e culturais da região.

Seguiram-se os visigodos e, posteriormente, os árabes; contudo, no caso destes últimos, não parece ter havido uma disseminação expressiva das suas tradições e cultura no local d'Acha. Se situarmos o lugar de Acha no final da época romana e início do domínio visigótico, este desenvolvia-se segundo o modelo de habitat rural caracterizado por José Mattoso como " (...) conjuntos de cultivadores, servos ou protegidos que dependiam de um grande domínio" (1992: 355).

Os habitantes locais prestariam serviços no interior da *villa* romana dos Barros em atividades agropecuárias. Estas eram unidades focadas na agricultura, principalmente no cultivo de cereais, na criação de animais e noutras tarefas associadas a propriedades rurais senhoriais. As *villae* eram ainda os principais centros de po-

der local, exercendo um papel central na administração e organização das terras e recursos, integrados na estrutura social e económica romana.

Maria Santos, explica que, para além destas estruturas no contexto romano, existia também o termo 'granjas' que designava pequenas explorações agrícolas, propriedades mais modestas em comparação com as *villae*. Estas não apresentavam o mesmo nível de ornamentação ou estruturas de apoio, como áreas de banhos ou complexos residenciais sofisticados, que caracterizavam as grandes *villae*. As granjas eram focadas na produção agrícola para subsistência ou comércio em pequena escala (habitadas por pequenos proprietários ou arrendatários), não possuindo as estruturas urbanas ou rústicas que Varrão definia como essenciais para uma *villa*, mas que ainda assim desempenhavam um papel importante na economia agrícola romana. (2017:79).

A autora, considera que a estrutura fundiária, inspirada na romanização, implantava o "(...) habitat rural de concordo com os diferentes estratos sociais das populações na época e com as diferenças a nível de riqueza e da evolução da romanidade e da ideia de posse de propriedade (ideia introduzida com a romanização)". (2017-2018:55). Este contexto ajudou a consolidar a permanência de uma estrutura social hierárquica, que, mesmo nos períodos de transição entre o domínio romano, visigótico e árabe, pode ter preservado características identitárias locais, resistindo a mudanças culturais profundas.

M. Santos, na continuidade da sua investigação sobre 'A Implantação Rural Romana a Sul da Egitânia' (Zebreira e Rosmaninhal), onde existem, entre outras atividades, vários sinais de mineração e que pensamos ter, noutras vertentes, similaridades com a zona norte, diz-nos que as principais atividades agrícolas se desenvolviam através dos cereais, criação de gado e o plantio de culturas variadas. (p.52). "Considerando as características e dispersão dos vestígios as dimensões dos aglomerados populacionais (...) era muito diversa" (Santos, como citado em Alarcão, 1998, p.100), com uma população ainda reduzida, composta por alguns trabalhadores temporários e sem residência fixa. Santos, reflete ainda que na investigação efetuada na zona Sul da Egitânia, a ocupação e uso do solo, sob o domínio de Roma, levanta desafios de pesquisa sobre a organização espacial. Esta evidencia mesmo alguma complexidade, por se tratar de uma abordagem inédita nas suas áreas circundantes. As dificuldades continuam na definição de fases cronológicas claras e, ainda, em estabelecer interdependências entre lugares. (Idem, p. 80).

Geraldes Freire, também com base nas suas investigações, consultou o Professor Nogueira Gonçalves, seu colega, especialista em História da Arte da Universidade de Coimbra, que lhe sugeriu, como forte possibilidade, ter existido na área do planalto uma capela, supondo uma organização religiosa local. Concluindo assim, que "(...) em eras recuadas, existiu um núcleo populacional centrado na zona do Cabeço das Lajes, quase no limite de S. Miguel de Acha e Proença-Velha" (Idem: 183). Segundo o seu interlocutor, as

sepulturas da região parecem datar de um período em que a população ainda não tinha descido para as margens do Ribeiro do Lugar. O que aconteceu numa fase posterior na procura de recursos de água e de solo mais favoráveis.

Contudo a extrapolação sobre a existência de um templo cristão nesse local, onde um pequeno núcleo de pessoas já estaria ligado a práticas cristãs, não tem evidências materiais antes da reorganização do assentamento desta. Ainda que pudessem já existir práticas cristãs, partindo do princípio de que as sepulturas geram essa evidência. Assim, é possível apontar-se para um costume enraizado de práticas cristãs com um templo singelo ou outra estrutura de menor dimensão, como um modesto oratório.

Acreditamos que inicialmente a comunidade no lugar d'Acha se terá dividido em dois núcleos: um mais extenso, na área em torno do Cabeço das Lajes, e outro menor, junto aos Barros e à Vigia. Foi precisamente nestes últimos locais que se encontraram a maior parte das sepulturas escavadas na rocha, bem como uma vila romana.

Sepulturas e religiões

Sobre as sepulturas escavadas na rocha em S. Miguel de Acha, Romeiro Carvalho tem emitido opinião de que nas mesmas eram realizados cerimoniais da religião *mitraica*, que ocorreram antes de depois do século IV. “No culto de Mitra, um dos ritos de iniciação, talvez o mais importante, consistia no aspergir do sangue do touro sobre o iniciado, no taurobólio ou noutra local substituto”. (Carvalho, 2009:5). Ali, os iniciados eram aspergidos com o sangue de um touro sacrificado, num ritual conhecido como taurobólios *mitraicos*. “Acrescente-se que, nos terrenos de São Miguel de Acha há muitas das ditas «sepulturas escavadas na rocha», que, para Carvalho (2009), são taurobólios *mitraicos*, o que acrescenta uma outra religião vencida e que entra no rol das religiões pagãs.”. (2017:127).⁽³⁾

O culto a Mitra, que surgiu no final do século I d.C., de origem indo-iraniana, excluía a participação das mulheres, era secreto e teve um papel relevante no mundo romano, onde seus seguidores veneravam este deus da amizade, contrato e ordem cujos cerimoniais se realizavam em cavernas. Alguns autores, apontam semelhanças entre o cristianismo e o culto *mitraico*, observando elementos comuns nos seus mitos, como o nascimento milagroso das figuras centrais e a celebração das últimas ceias. (Afonso, 2012: 9, 49).

Voltando às sepulturas escavadas na rocha, Mons.,

Cón. e Professor José Galdes Freire indica que, na sua opinião, o sítio arqueológico mais importante em S. Miguel de Acha é a zona das sepulturas megalíticas que se encontram perto da estrada de S. Miguel para Proença-a-Velha: “(...) Vale de Madeiro, Alto do Carrasco, Besteiros, Cabeço das Lajes, Campo da Carvalha (e Tapada do José Espanhol, esta já no limite de Proença).” (1979:183). Para o autor, a mais monumental situa-se junto à Vigia, nos Barros, na propriedade da Casa Capelo e chama-se ‘Torre da Sepultura’ por estar numa rocha com elevação acentuada. (Ibidem). Das onze sepulturas que identifica destacam-se aqui duas: Sarcófago em pedra solta, já partida, para adulto, entre o Alto do Carrasco e o Cabeço das Lajes e sepultura para criança, cavada na laje, à superfície do terreno, no Vale Madeiro, perto da Laje do Carrasco. (Ibidem).

O Professor e arqueólogo Mário Barroca, num estudo sobre sepulturas escavadas na rocha, numa amostragem realizada praticamente em todo o país, concelho de Idanha-a-Nova incluído, procurou fixar uma datação para as mesmas. Concluiu, após estudos de várias sepulturas, que estas surgiram por volta do século VII, com soluções não-antropomórficas (ovaladas, trapezoidais ou retangulares) e com largos encaixes de tampa rebaixados. E que as sepulturas com soluções antropomórficas (que conviveram, lado a lado, com soluções não-antropomórficas), sendo paulatinamente substituídas por outras formas de enterramento, tiveram o seu auge entre os séculos IX e XI. Mas que, até aos finais da Idade Média, e até em épocas posteriores, houve zonas onde continuaram a ser utilizadas e reutilizadas. Embora as sepulturas escavadas na rocha tenham sido tradicionalmente associadas ao cristianismo, ligado à crença na ressurreição, esta ideia deve ser relativizada, pois também foram usadas por comunidades muçulmanas e judaicas. (2021:56,64,65-66).



Sobre o mesmo assunto, o Cón. Galdes Freire na sua investigação, procurando obter mais informações sobre as ditas sepulturas, diz ter consultado o Prof. António Nogueira Gonçalves, mestre de História de Arte da FLC. Este aconselhou-o a ter prudência em datar os achados e a não atribuir a tudo uma alta Antiguidade. As sepulturas, em sua opinião, poderão ser do período medieval, bem como a «Ponte Romana» sobre a Ribeira da Caniça. (1979:185).

(3) Carvalho, António Maria Romeiro. (2017). Toponímia de S. Miguel de Acha – Lenda e História. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Como chegar a um nome

Entre a lenda e os factos históricos tem-se procurado explorar o significado da palavra Acha. A mesma pode ter raízes latinas, o mais provável, tendo em conta as influências da língua e da cultura romana na região da Egitânia. A partir desta realidade, adiantam-se aqui também algumas hipóteses sobre a sua origem etimológica, para lá das existentes, podendo ser encontrado o seu significado através da simplificação e transformação de palavras latinas em ambientes rurais e que são típicas de como o latim vulgar evoluiu para as línguas românicas. Por vezes, estas advêm de coisas bastantes simples, como o lugar onde se ‘Acha’ alguma coisa. Contudo, na forma mais elaborada esta pode vir sobre várias derivações:

De ‘*Acies*’ ou ‘*Axe*’, a palavra ‘*acies*’, que em latim significa ‘borda’, ou ‘ponta afiada’, podendo estar associada a terrenos ou paisagens geomorfológicas que recordassem uma “ponta” ou linha de separação entre regiões ou territórios; de ‘*Aqua*’, relacionado a uma proximidade com fontes de água (nesta localidade existem bastantes), quer em contextos rurais ou de dialetos locais; de ‘Acha’ como ferramenta, ligação possível com o termo latino ‘*ascia*’, que se refere a um tipo de machado ou ferramenta de corte, usado como uma ferramenta cortante onde os terrenos agrícolas exigiam o seu uso frequente. E que pode refletir uma mudança fonética comum ao longo do tempo.

Achar uma data

Para a presente investigação, sobre as origens de S. Miguel d’Acha, e no sentido de entender o seu desenvolvimento, destacamos a sua proximidade com a Egitânia, que, ao longo do tempo, foi um centro importante para diferentes povos. Começou como um município romano, foi cidade episcopal dos Suevos e, mais tarde, uma cidade relevante para os Visigodos. A proximidade desta com o lugar de Acha fez com que a influência romana se estendesse desde cedo a este território, moldando o seu desenvolvimento. Cenário reforçado pela presença de uma *villa* romana (cuja arquitetura civil data dos séculos III e IV) na localidade dos Barros, que nos leva a acreditar ter existido uma ocupação humana anterior à formação medieval da localidade de Acha.

Por outro lado, as sepulturas escavadas na rocha, de forma não antropomórfica, espalhadas pela paisagem, oferecem pistas sobre práticas culturais e rituais de enterramento de uma época mais avançada, abrindo portas para uma compreensão mais ampla das dinâmicas de povoamento e de intercâmbio cultural na região desde a época romana até à Alta Idade Média. A paisagem que Roma foi construindo na Península Ibérica integrou uma pluralidade de povoamento: por um lado os aglomerados, por outro, núcleos rurais dispersos constituídos por uma população autóctone e normalmente localizados em zonas altas, vivendo nos limites da área das *villae* e das *granjas*.

Em nosso entendimento, existem duas fases de ocupação do espaço d’Acha em momentos distintos, num

intervalo de tempo que vai do final do século IV ao VIII. A primeira, sugere uma população modesta composta por alguns trabalhadores temporários e sem residência fixa na zona dos Barros, enquanto a segunda, área do Cabeço das Lages, já marcada pela introdução de elementos visigóticos, – apresenta-se como uma comunidade mais estruturada, com práticas religiosas e organização administrativa. Esse desenvolvimento também ele é fruto das transições culturais que ocorreram, fortalecendo a identidade local. Parece-nos ser a partir do século VIII que a população do lugar de Acha se constitui como uma única localidade com o assentamento no Ribeiro do Lugar. Uma data coincidente com a invasão árabe. Este novo povoado que tomou o nome de Acha, ocupou ambos os lados do ribeiro, estendendo-se a partir de uma pequena elevação, onde hoje se encontra a Igreja, até uma área mais plana para além deste.

A lenda

A lenda pretende explicar a realidade numa lógica sobrenatural seja ela qual for, combinando factos reais e históricos com irreais. Esta era transmitida oralmente de geração em geração. Mas como diz o povo: ‘quem conta um conto acrescenta um ponto’. Sobre mouros e cristãos há uma grande quantidade de lendas históricas. A figura dos mouros tem uma enorme relevância e traz até nós, muitas vezes em sentido figurativo, a convivência entre duas religiões, cristãos e muçulmanos, através de relatos extraordinários. Refere-se também o facto de serem muito comuns nas aldeias da Beira Baixa lendas sobre a ocupação moura e a reconquista cristã, integrando símbolos de resistência e resiliência. Estas narrativas ajudam a forjar uma ligação entre as pessoas e o espaço onde vivem, fazendo da tradição oral um pilar importante para a identidade local.

A lenda mourisca d’Acha, sobre uma princesa Ache que vivia do lado de lá do ribeiro, após conquista cristã do local esta converteu-se ao cristianismo, ficando rendida à galhardia do comandante das tropas vencedoras, casando com ele e assim se unificaram as duas localidades. É provável que, no caso de S. Miguel de Acha, elementos históricos, como a influência árabe, tenham sido reinterpretados e preservados em forma de lenda. Assim, é possível que os ‘achenses’, integrassem a lenda como forma de criar uma identidade forte na exaltação da sua identidade local, partindo daí para a construção simbólica de um cunho mourisco na localidade quer seja por ausência dessa presença quer o adotasse por razões simbólicas do domínio destes na região da Egitânia.

A junção dos nomes ‘Acha’ e ‘S. Miguel’ aponta para uma fusão cultural que poderia ter ocorrido em diferentes períodos e sob influências mistas. É bem possível que a população cristã local tenha mantido as suas convicções religiosas sob domínio árabe, sem este interferir diretamente nos cultos em pequenos lugares.

O que aconteceu um pouco por toda a parte, umas vezes por negociação outras por desinteresse, dado o afastamento dessas localidades dos grandes centros de decisão.

Sobre o culto da religião, Torres (1992) refere que no *al Andalus* existia uma certa permissividade dos poderes central e local na convivência com as três religiões: a muçulmana, dominante, a cristã e a judaica. O que evidencia que o culto cristão poderia ser praticado sem qualquer constrangimento numa pequena localidade do interior, como Acha, onde não existe qualquer sinal da ocupação árabe.

A lenda também traz consigo o reforço de uma identidade local. Esta foi adaptada ao contexto cristão à medida que a reconquista territorial avançava e as tradições locais eram reinterpretadas. Em áreas que passaram por múltiplos domínios culturais, muitas vezes as lendas evoluíam para integrar elementos de ambos os lados, criando um tecido de identidade mais complexo e interligado. A persistência do nome 'Acha' junto com o do arcanjo S. Miguel pode ser um reflexo dessa fusão identitária: uma homenagem à história e à fé, que evoluiu e se adaptou ao longo das mudanças de soberania. O simbolismo do demônio acorrentado aos pés do Arcanjo Miguel representa a vitória sobre os desafios e dificuldades. Ele é o comandante supremo dos exércitos celestiais que derrotaram o mal. Assim, essa imagem sugere que a comunidade conseguiu superar obstáculos, mantendo a fé e colocando-se sob a sua proteção.

Idanha-a-Velha foi conquistada pelos reis cristãos (Afonso III das Astúrias) no séc. X e, mais tarde, converteu-se em importante centro Templário, tendo sido doada em 1165 por D. Afonso Henriques à Ordem do Templo sob a orientação do Grão-Mestre D. Gualdim Pais. Pensamos ser por volta desta data que Acha adotou o nome de São Miguel, ficando conhecida pelo nome atual, afirmando assim a sua identidade cristã.

Conclusão

Após o declínio do Império Romano, os visigodos assumiram o controlo de grande parte da Península Ibérica. Embora os registos diretos sobre o lugar d'Acha sejam escassos, a transição de estruturas romanas para o domínio visigótico na região de Idanha-a-Velha, sugere que Acha poderia ter continuado como uma pequena comunidade sob a influência visigótica, possivelmente com a manutenção de algumas práticas e infraestruturas romanas, alteradas após a conversão ao cristianismo. Apesar de os árabes ocuparem a região da Egitânia, pequenos povoados como Acha poderiam ter mantido uma população cristã residual, sob domínio islâmico, como aconteceu um pouco por todo o território.

A aparente dificuldade em datar as sepulturas escavadas na rocha não antropomórficas, resulta da ausência de objetos ou outros elementos associados diretamente às práticas funerárias e de indícios arqueológicos datáveis, o que complica as hipóteses sobre o seu uso. Estes túmulos rochosos poderiam, teoricamente, ter sido reutilizados em diferentes épocas e por diferentes grupos religiosos. Para Mário Barroca, arqueólogo, estas sepulturas que referencia como do século VII, podem

estar associadas ao cristianismo primitivo, em particular aos primeiros cemitérios rurais, onde os sepultamentos eram feitos em áreas naturais, tese que se aproxima da defendida por Gerald Freire.

Este contexto situa-se numa fase em que o cristianismo começava a substituir gradualmente as religiões pagãs na Península Ibérica. Outros autores, como Romeiro Carvalho, sugerem que estas sepulturas possam ter servido para o culto do deus Mitra, durante o período romano, antes e depois do século IV. No entanto, não há consenso nem provas definitivas que associem diretamente essas sepulturas ao mitraísmo.

Os contextos funerários que se conhecem para a Idanha romana são relativamente escassos e dispersos. Não são encontradas sepulturas escavadas na rocha. Sobre aquelas que dizem terem existido com esqueletos humanos, a identificação desses sítios é tida como muito duvidosa. (Espírito Santo, Baptista, 1998. Pedro C. Carvalho, José Ruivo e Luís Fernandes Ruivo et al., 1991).

Manuel Ruivo, outubro 2024.

Bibliografia

- Afonso, C. (2012).** *Cristianismo e Mitraísmo na Roma Antiga (aspectos comparativos, sécs. I-IV)*. Dissertação de Mestrado em História e Cultura das Religiões. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em:
- Barroca, M. (2021).** *Os Estudos sobre Sepulturas Escavadas na Rocha em Portugal, trinta anos depois*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Artigo em Livro de Atas de Conferência Internacional, pp. 47-76. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/137763>.
- Carvalho, A. (2009).** *O Culto de Mitra e as Sepulturas Escavadas na Rocha*. In AÇAFA, On Line, nº 2, pp. 1-23. Disponível em: https://www.altotejo.org/acafa/docsn2/o_culto_de_mitra_e_sepulturas_em_rocha.pdf.
- Carvalho, R., & Cabral M. (1994),** *A Villa Romana Dos Barros – Oledo Primeira Notícia*. In Portvgalia, Nova Série, vol. XV, pp. 61-77. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Port/article/view/4624/4329>.
- Catarino, H. (1998).** *A Ocupação Islâmica*. In (dir.) João Medina, *História de Portugal. (Vol. III)*. Lisboa. Ediclube.
- Encarnação, J., Lopes, M., Carvalho, P. (2016).** *A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros*. Secção de Arqueologia Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/44602/1/PCCARVALHO%20-%20O%20final%20do%20mundo%20romano.pdf>
- Fabião, C. (1992).** *A Romanização do actual Território Português*. In (dir.), Mattoso, J. *História de Portugal, (vol. I)*. Lisboa. Círculo de Leitores Lda. e Autores.
- Fabião, C. (1998).** *A Antiguidade tardia e a desagregação do Império*. In (dir.), João Medina *História de Portugal. (Vol. III)*. Lisboa. Ediclube.

Fernandes, P. (2006). *Antes e depois da Arqueologia da Arquitectura: um novo ciclo na investigação da mesquita-catedral de Idanha-a-Velha.* In Separata da Revista Artis, nº. 5, Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 49-72. Disponível em: <https://www.academia.edu/310537/>

Idanha_a_Velha_antes_e_depois_da_Arqueologia_da_ArquitECTURA.

Freire, J. (1979). Vestígios Arqueológicos em S. Miguel de Acha. In *Actas e Memórias do 1.º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor*, pp. 183-186. ARCINPE.

Landeiro, José. (1963). *Evangelização da Península e seus Primeiros Evangelizadores.* Porto. Publicações da Sociedade Portuguesa de Numismática (vol. 07, nº. 23-25), pp. 97-104. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11926.pdf>.

Mattoso, J. (1992). *A época Sueva e Visigótica.* In (dir) Mattoso, J. *História de Portugal*, (vol. I). Lisboa. Círculo dos Leitores Lda. e Autores.

Santo, A. (2009). *Balanço sobre o Estudo das Religiões na Península Ibérica Antiga e na Alta Idade Média.* In *Lusitania Sacra*, 2ª série, 21, pp. 63-73. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/download/5572/5393/>.

Santos, Maria (2017-218). *A Implantação Rural Romana a Sul da Egitânia,* In AÇAFA On Line, nº. 12, pp. 52-82. Disponível em: https://www.altotejo.org/acafa/docsn12/05_Romanizacao.pdf.

Serrão, J. (1990). *História de Portugal.* (Vol. I, 4ª. Ed.). Lisboa. Editorial Verbo

Torres, C. (1992). *A Sé-Catedral da Idanha.* Porto. Edições Afrontamento, Lda., pp. 169-177. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2365/1/S%C3%A9-catedral_Idanha_AM1_1992.pdf.

Torres, C. (1992). *O Garb –Andaluz.* In (dir) Mattoso, J. *História de Portugal*, (vol. I). Lisboa. Círculo dos Leitores Lda. e Autores.

Vaz, J. (2011). *Arquitetura Paleocristã da Lusitânia Norte.* In *Máthesis* 20, pp.99-128. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/9161>.